

TERMO DE CONTRATO Nº 048/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA E A EMPRESA DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA 26744806882.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ de nº 45.162.864/0001-48, com sede na Praça Antônio Levino, nº 470, Centro, CEP.: 15.495-000, Riolândia-SP, neste ato representado por **FABIANA BARCELOS FERREIRA**, brasileira, casada, Prefeita Municipal de Riolândia, portadora do RG nº. 5.212.006-3 e CPF nº. 290.660.478-01, residente e domiciliada na Rua 12, nº 991, cidade de Riolândia, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA 26744806882**, com sede na Avenida Francisco Thomaz de Aquino nº 690, na cidade de Orindiuva-SP, inscrita no CNPJ/CPF sob nº 32.855.059/0001-58, neste ato representada por **DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA**, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 25.387.628-X SSP/SP, e CPF/CIC nº 267.448.068-82, a seguir denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o ato adjudicatório do Processo de Licitação nº 025/2019, referente a Carta Convite nº 006/2019, que integra este instrumento independentemente de transcrição, têm entre si, plenamente ajustado, o presente contrato administrativo, regido pelas cláusulas e condições seguintes, que as partes reciprocamente aceitam, a saber :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. Constitui objeto deste a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento dos programas propostos pelo Ministério da Saúde e Plano Municipal de Saúde, direcionados à Urgência, Emergência e Atenção Básica, para o período de 12 (doze) meses, na forma descritiva e requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Será de responsabilidade da contratada as seguintes atividades/ações contidas no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – Item 3:**

3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Os serviços contratados, além da execução de trabalhos técnicos e profissionais específicos, compreendem, a disponibilização de serviços especializados na modalidade de assessoria e consultoria no Setor Público, visando o aprimoramento e o desenvolvimento operacional das ações governamentais no âmbito da Saúde Pública, com vistas ao atingimento de metas de eficiência, eficácia e qualidade nas atividades institucionais do Órgão, bem como do atendimento das exigências e obrigações constantes da legislação governamental vigente;

3.2. Poderão ser realizados concomitantemente nas sedes administrativas da contratante e da contratada, por meio de disponibilização de mão de obra especializada da empresa ou de prepostos quando se tratar de trabalhos específicos e por meio de visitas técnicas semanais de profissionais, bem como no atendimento de consultas formuladas por telefone e por meio eletrônico, quando se tratar de assessoria e consultoria técnica;

3.3. Quando se tratar de reuniões técnicas para capacitação e orientação de servidores ou audiências públicas, estas poderão ser realizadas fora do expediente normal de trabalho da Contratante, mediante o agendamento e comunicação prévia por parte da Contratante;

3.4. Em razão da necessidade e da excepcionalidade por parte da Contratante e por se tratar de disponibilização de mão de obra por pessoa jurídica, que compreende serviços técnicos

profissionais especializados, não haverá limitação de tempo e horário na execução dos trabalhos, porém, a execução de serviços na sede da Contratante não obrigará os profissionais ou prepostos designados pela Contratada, à obrigatoriedade de cumprimento de horários diários, descaracterizando a subordinação e o vínculo empregatício entre ambas as partes;

3.5. Deverão ser disponibilizados canais de comunicação por parte da Contratada, para o atendimento de consultas à distância, através de telefones fixo e móvel, fax, e-mails e outras formas de tecnologia disponíveis;

3.6. A contratação não envolve a disponibilização de quaisquer tipos de equipamentos ou aplicativos, necessários às atividades operacionais de ambas as partes;

3.7. Quanto aos serviços realizados na Secretaria de Saúde, deverá a CONTRATADA:

3.7.1. Assistir tecnicamente, emitir opiniões e pareceres para a tomada de decisões, envolvendo a Gestão da Saúde pública;

3.7.2. Elaborar projetos e programas, participar de reuniões mediante convocação prévia;

3.8. Quanto aos serviços realizados na área de planejamento, deverá a CONTRATADA:

3.8.1. Assessoria técnica a servidores da área, na elaboração, atualização e alteração dos instrumentos de Plano Municipal de Saúde, Planejamento anual de Saúde, Relatório Anual de Saúde;

3.9. Quanto aos serviços realizados na Gestão da Saúde, deverá a CONTRATADA:

3.9.1. Humanização do atendimento, avaliando e viabilizando o atendimento a todos os usuários que procurem a respectiva unidade, visando assegurar assistência de qualidade aliado a segurança do atendimento;

3.9.2. Implantação de fluxos, processos, procedimentos e registros aplicáveis em todos os níveis da unidade e adequação da infraestrutura local incluindo equipamentos, materiais, insumos e medicamentos;

3.9.3. Estabelecimento de indicadores de desempenho e performance em todos os níveis;

3.9.4. Implantação do Sistema da Qualidade, possibilitando a melhoria contínua dos processos;

3.9.5. Elaboração e implantação de Normas e Rotinas;

3.9.6. Estabelecimento de padronização de medicamentos;

3.9.7. Implantação de rotinas de solicitação de compras de medicamentos;

3.9.8. Implantação de rotinas e controles de consumo;

3.9.9. Estabelecimento de sistemas de compra de medicamentos fora do REMUNE;

3.9.10. Consultoria em todas as Unidades de Saúde e Hospital visando melhorar as rotinas atualmente usadas;

3.9.11. Estabelecimento de controles;

3.9.12. Avaliação dos controles implantados;

3.9.13. Estabelecimento de metas e estatísticas mensais;

3.9.14. Acompanhamento de resultados;

3.9.15. Consultoria em eventuais terceirizações de serviços;

3.9.16. Viabilização do Treinamento de Pessoal;

3.9.17. Reuniões periódicas com a Coordenação da Rede Básica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1. Pela execução dos serviços de que trata a cláusula primeira deste contrato, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o preço mensal, líquido e certo de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** e um **valor global** para o período de **12 meses** de **R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais)** em moeda corrente do país.

2.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante prévia apresentação da respectiva nota fiscal/fatura ou recibo, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, acompanhado de atestado informando que o contrato encontra-se em vigência.

2.3. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito aberto em conta corrente da **CONTRATADA**, que deverá informar com antecedência o número desta e o nome da agência bancária, para efeito dos respectivos depósitos.

2.4. As viagens realizadas para fora do Município, a pedido e a serviço da Prefeitura, serão ressarcidas mediante a apresentação da documentação comprobatória das despesas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Os serviços contratados, além da execução de trabalhos técnicos e profissionais específicos, compreendem, a disponibilização de serviços especializados na modalidade de assessoria e consultoria no Setor Público, visando o aprimoramento e o desenvolvimento operacional das ações governamentais no âmbito da Saúde Pública, com vistas ao atingimento de metas de eficiência, eficácia e qualidade nas atividades institucionais do Órgão, bem como do atendimento das exigências e obrigações constantes da legislação governamental vigente;

3.2. Poderão ser realizados concomitantemente nas sedes administrativas da contratante e da contratada, por meio de disponibilização de mão de obra especializada da empresa ou de prepostos quando se tratar de trabalhos específicos e por meio de visitas técnicas semanais de profissionais, bem como no atendimento de consultas formuladas por telefone e por meio eletrônico, quando se tratar de assessoria e consultoria técnica;

3.3. Quando se tratar de reuniões técnicas para capacitação e orientação de servidores ou audiências públicas, estas poderão ser realizadas fora do expediente normal de trabalho da Contratante, mediante o agendamento e comunicação prévia por parte da Contratante;

3.4. Em razão da necessidade e da excepcionalidade por parte da Contratante e por se tratar de disponibilização de mão de obra por pessoa jurídica, que compreende serviços técnicos profissionais especializados, não haverá limitação de tempo e horário na execução dos trabalhos, porém, a execução de serviços na sede da Contratante não obrigará os profissionais ou prepostos designados pela Contratada, à obrigatoriedade de cumprimento de horários diários, descaracterizando a subordinação e o vínculo empregatício entre ambas as partes;

3.5. Deverão ser disponibilizados canais de comunicação por parte da Contratada, para o atendimento de consultas à distância, através de telefones fixo e móvel, fax, e-mails e outras formas de tecnologia disponíveis;

3.6. A contratação não envolve a disponibilização de quaisquer tipos de equipamentos ou aplicativos, necessários às atividades operacionais de ambas as partes;

3.7. Quanto aos serviços realizados na Secretaria de Saúde, deverá a CONTRATADA:

3.7.1. Assistir tecnicamente, emitir opiniões e pareceres para a tomada de decisões, envolvendo a Gestão da Saúde pública;

3.7.2. Elaborar projetos e programas, participar de reuniões mediante convocação prévia;

3.8. Quanto aos serviços realizados na área de planejamento, deverá a CONTRATADA:

3.8.1. Assessoria técnica a servidores da área, na elaboração, atualização e alteração dos instrumentos de Plano Municipal de Saúde, Planejamento anual de Saúde, Relatório Anual de Saúde;

3.9. Quanto aos serviços realizados na Gestão da Saúde, deverá a CONTRATADA:

3.9.1. Humanização do atendimento, avaliando e viabilizando o atendimento a todos os usuários que procurem a respectiva unidade, visando assegurar assistência de qualidade aliado a segurança do atendimento;

3.9.2. Implantação de fluxos, processos, procedimentos e registros aplicáveis em todos os níveis da unidade e adequação da infraestrutura local incluindo equipamentos, materiais, insumos e medicamentos;

3.9.3. Estabelecimento de indicadores de desempenho e performance em todos os níveis;

3.9.4. Implantação do Sistema da Qualidade, possibilitando a melhoria contínua dos processos;

3.9.5. Elaboração e implantação de Normas e Rotinas;

3.9.6. Estabelecimento de padronização de medicamentos;

3.9.7. Implantação de rotinas de solicitação de compras de medicamentos;

3.9.8. Implantação de rotinas e controles de consumo;

3.9.9. Estabelecimento de sistemas de compra de medicamentos fora do REMUNE;

3.9.10. Consultoria em todas as Unidades de Saúde e Hospital visando melhorar as rotinas atualmente usadas;

3.9.11. Estabelecimento de controles;

3.9.12. Avaliação dos controles implantados;

3.9.13. Estabelecimento de metas e estatísticas mensais;

3.9.14. Acompanhamento de resultados;

3.9.15. Consultoria em eventuais terceirizações de serviços;

3.9.16. Viabilização do Treinamento de Pessoal;

3.9.17. Reuniões periódicas com a Coordenação da Rede Básica

1.3. Os serviços serão realizados sob a forma de execução indireta, subordinado diretamente ao Chefe do Executivo, na qualidade de gestor do orçamento e do ordenador da despesa.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de duração do presente contrato será de 12 (doze) meses, com início imediatamente após a assinatura do respectivo instrumento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei federal nº 8.666/93, com suas modificações posteriores, desde que mediante celebração de termo aditivo.

4.2. Se a adjudicatária não assinar o presente termo de contrato dentro do prazo de 3 (três) dias, contados da data de convocação, a CONTRATANTE convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação do resultado do julgamento, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.3. No eventual caso de prorrogação do prazo de duração do contrato, não será admitida a renegociação ou repactuação do preço, mas apenas sua atualização monetária, sendo que, para efeito desta, considerar-se-á a periodicidade anual, através da aplicação do IPCA do IBGE, ou de outro indicador econômico oficial, no caso de sua extinção.

4.4. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pela Administração, em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do contrato, ou do respectivo termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, o **CONTRATANTE** obriga-se a:

5.1.1. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos estabelecidos pelo contrato;

5.1.2. Prestar todas as informações e fornecer os documentos que, a critério da Contratada, se fizerem necessários para a execução dos trabalhos;

5.1.3. Ressarcir as despesas de viagem nos casos em que a Contratada tiver de se deslocar para outros locais a fim de dar atendimento à solicitação do Prefeito ou atuar em defesa dos interesses do Município ou da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** obriga-se:

6.1.1. A executar seus serviços de acordo com as normas e princípios da contabilidade aplicáveis à contabilidade pública municipal, na conformidade da legislação vigente e das instruções técnicas que regem tais serviços;

6.1.2. Atuar sob as ordens do Prefeito Municipal;

6.1.3. Indicar, por escrito, os profissionais que irão representá-la perante o Executivo;

6.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido na forma dos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

7.2. A rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII, do artigo 78, da Lei Federal 8.666/93, com as alterações posteriores, pelas seguintes vias:

a) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**, ou,

b) judicial, nos termos da legislação em vigor.

7.3. Quando a rescisão do contrato ocorrer com base nos incisos XII e XVIII, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela prestação dos serviços não pagos até a data da rescisão.

7.4. A justificada rescisão do presente contrato, determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, por culpa da Contratada, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, acarretará como consequências:

a) a assunção imediata do objeto do contrato, na situação em que se encontrar a execução dos serviços técnicos e profissionais, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

b) a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

7.5. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93, face ao regime jurídico deste Contrato Administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato administrativo, principalmente, no caso de mora na execução contratual ou de inadimplência, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções previstas na Lei de Licitações:

8.1.1. Multa de até 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvada a hipótese do subitem seguinte, pela sua inexecução parcial;

8.1.2. Multa de até 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato, pela sua inexecução total.

8.2. A aplicação das multas, na forma prevista pelos subitem anteriores, que serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente, dar-se-á sem prejuízo da:

8.2.1. Suspensão temporária da empresa adjudicatária na participação em licitação e impedimento de celebrar novo contrato com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

8.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA NONA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

9.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato de prestação de serviços técnicos profissionais correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 2019, respectivamente, observada a seguinte classificação:

Órgão 01 – Prefeitura

Unidade Orçamentária: 02.06 – Fundo Municipal de Saúde.

Programa: 10.301.0014.2022.0000 – Manutenção da Atenção Básica à Saúde

Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica

Fonte de Recursos: 01 Próprios.

9.2. A eventual prorrogação do presente contrato somente poderá ser formalizada desde que existam recursos orçamentários para o atendimento da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

10.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas deste contrato, das normas e condições estabelecidas no ato convocatório e do regime de direito público a que está submetido, aplicando-se, além da Lei n. 8.666/93, supletivamente, os princípios da teoria geral do contrato e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA VINCULAÇÃO

11.1. As partes se vinculam ao contido no ato convocatório do Convite nº 006/2019, assim como aos termos da proposta firmada pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REGÊNCIA

12.1. A execução contratual e todas as ocorrências decorrentes do presente ajuste são regidas pelas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos estabelecidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores.

12.2. Os casos omissos e não solucionáveis pelas normas gerais previstas na lei de regência das licitações e contratos, submeter-se-ão aos preceitos de direito público, em primeiro lugar, para depois ser-lhes aplicada a teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Não será exigida a prestação de garantia para a execução do objeto da presente contratação, nos termos do artigo 56, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as despesas e providências resultantes da execução dos serviços objeto do presente contrato, especialmente as obrigações previdenciárias, trabalhistas, fiscais e securitárias, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paulo de Faria/SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, após esgotadas as tentativas de conciliação pelas vias amigáveis, na esfera administrativa.

E, por estarem justas e avençadas entre si, as partes assinam e rubricam o presente instrumento contratual, em 3 (três) vias de igual e inteiro teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas e também signatárias, para que sejam produzidos todos os efeitos legais.

Prefeitura Municipal de Riolândia-SP, 01 de abril de 2.019.

MUNICÍPIO DE RIOLÂNDIA

Prefeita Municipal – Fabiana Barcelos Ferreira
CONTRATANTE

DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA 26744806882.

DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.Nome:

RG:

2.Nome:

RG:

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CONTRATADO: DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA 26744806882.

CONTRATO Nº: 048/2019

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento dos programas propostos pelo Ministério da Saúde e Plano Municipal de Saúde, direcionados à Urgência, Emergência e Atenção Básica, para o período de 12 (doze) meses, na forma descritiva e requisitos constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Prefeitura Municipal de Riolândia/SP, 01 de abril de 2.019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA/SP

CNPJ nº 45.162.864/0001-48

FABIANA BARCELOS FERREIRA

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA 26744806882.

CNPJ nº 32.855.059/0001-58
DENNYA LIRIA CARVALHO PEREIRA
CONTRATADA